

Povos Indígenas no Brasil

Fonte ESTADO DE S. PAULO Class.: 671Data 12/05/84 Pg.: _____

Juiz rejeita habilitação de crédito para a Funai

Da sucursal do
RIO

O juiz da 7ª Vara de Falências e Concordatas do Rio, Luiz de Souza Gouvea, indeferiu ontem o pedido da Funai de habilitação de crédito, na falência da Agropecuária Capemi. E, no tocante às irregularidades apontadas pelo curador de massas falidas, Hélio Gama, no convênio firmado entre o IBDF, a falida e a Funai, afirmou que ele tem todos os recursos legais para levar os responsáveis aos tribunais. O convênio foi assinado pelo ministro Mário Andreazza, pelo então ministro Amaury Stabile e pelo presidente da Funai, Nobre da Veiga.

"Estou certo de que o curador, em defesa da sociedade, tomará as providências cabíveis", afirmou Luiz de Souza Gouvea, após ler a promoção do curador Gama, que apontou graves irregularidades, com a criação de um fundo especial da ordem de 5% na órbita do Ministério da Agricultura, em função da exploração de madeira nas reservas indígenas de Tucuruí e Paracaná. Gama denunciou, também, que pelo acordo IBDF e a falida, "haveria outorgas a particulares do desfrute de riquezas

da cobertura madeireira de áreas públicas, sem regular concorrência".

O juiz justificou seu indeferimento ao crédito reclamado pela Funai, pela cessão das reservas à falida Agropecuária Capemi, que nelas iria explorar madeiras de lei, por não ter verificado o estabelecimento de nenhum vínculo entre a habilitante Funai e a falida. "Assim — comentou o juiz, após o despacho — não existe crédito nenhum".

Nesse episódio, os mais prejudicados foram cerca de 90 índios retirados à força de suas terras, "quase manu militari", segundo uma fonte da falida Agropecuária Capemi. Agora — frisou ainda — cabe à Funai tomar outras providências, se quiser receber algum ressarcimento pelos prejuízos que os índios sofreram. Outra alternativa é o curador de massas Hélio Gama processar criminalmente os autores das irregularidades que apontou.

Enquanto isto, os 15 funcionários da Distribuidora de Valores Capemi, que não recebem salários há dois meses, decidiram ontem reunir-se, na segunda-feira, no Sindicato dos Securitários, com o presidente Júlio Menandro de Carvalho, para discutir as formas de reclamar seus direitos trabalhistas.